

Resumo: A utilização de um vocabulário revestido de recursos retóricos, marca as publicações do grupo áulico, no Primeiro Reinado brasileiro. A fim de atingir o público leitor e ouvinte, tais publicistas, vão entrar na esfera pública da Corte Imperial defendendo e legitimando o imperador, a Constituição e o governo em seus panfletos e jornais.

Abstract: Using a vocabulary of coated rhetorical resources, mark the publications of the group áulico, in the First Brazilian kingdom. In order to achieve the public reader and listener, such publicistas, will join the public sphere of defending Imperial Court and legitimizing the emperor, the Constitution and the government in their pamphlets and newspapers.

A linguagem política dos áulicos no Primeiro Reinado brasileiro

Christiane Peres Pereira

“Escrevo levado de interesse que deve animar a todos de ver meus Concidadãos Obedecer á Ley, respeitar a moral publica e resistir á oppressão.”

É com esta epígrafe que o jornal áulico *O Censor Brasileiro* inicia sua publicação a 04 de Abril de 1828. Este jornal faz parte de uma lista de periódicos estudados por mim na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, os quais são fontes do projeto de pesquisa *A Facção Áulica no Primeiro Reinado, imprensa, nação e política no Rio de Janeiro (1824 – 1831)* do professor-doutor Marcello Otávio N. de Campos Basile, ao qual estou vinculada. O objetivo da pesquisa é analisar a composição social e o projeto político dos publicistas que apoiavam d. Pedro I. É a partir desta análise que proponho a discussão das questões abordadas em tais periódicos por meio do vocabulário utilizado por eles na legitimação e defesa do imperador e seu governo.

Os três jornais analisados na íntegra, *O Censor Brasileiro*, *O Patriota Brasileiro* e *O Novo Brasileiro Imparcial* e o jornal *O Novo Censor* ainda em pesquisa são doutrinários, mais cada um utiliza sua própria “arte de persuadir pelo discurso”¹. Ou seja, cada um tem seu próprio meio de argumentar a seu favor e de se fazer agente formador da opinião pública. Esta opinião é formada, segundo Marco Morel, em um espaço de discussão que está entre a sociedade civil e o Estado. O autor se serve do conceito de J. Habermas de esfera pública, um espaço entre iguais pelo uso da palavra, para caracterizar os espaços de sociabilidades de 1820-1840². Além disso, ele faz referência a existência de várias opiniões por conta dos debates permeados de ofensas e críticas entre as elites políticas, as que impulsionaram a formação da esfera pública brasileira. Neste sentido, a imprensa, principalmente os jornais e panfletos, são privilegiados por movimentarem a comunicação das opiniões, segundo Morel.

O jornal *O Censor Brasileiro*, por exemplo, tenta afirmar-se perante as opiniões da oposição, criticando-as, por vezes, ironicamente, como em seu número 3 ao se dirigir à *Astréa*: “*Quanto a huma guerra de personalidades, em que a Astréa parece desde já*

¹REBOUL, Olivier, *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

²MOREL, Marco, *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

querer envolver-nos positivamente declararmos, que nos temos imposto a lei de a evitar, o mais que for possível.”

Em meio a discursos retóricos por excelência, identifiquei ataques pessoais sutis que este *Censor* pretende à *Aurora Fluminense* no seu número 10: “*Os Redactores da Aurora, á vista destas expressões de manifesta generalidade, cahirão na indiscrição de inculcar que lhes podião ser applicaveis, dizendo que a Aurora tinha sido violentamente atacada, e elles brindamos com a indirecta de mal-creados.”*

Já o jornal *O Novo Brasileiro Imparcial*, também defensor da Constituição e do imperador, critica tudo que considera errado e impróprio nas outras publicações, e até mesmo às pertencentes ao grupo áulico *O Novo Censor*. Isso acontece porque *O Novo Brasileiro Imparcial* pretende ser “imparcial” frente à imprensa como propõe em seu único número disponível (nº3): “*á conciliação de todos os nossos Irmãos n’hum só centro; e havendo protestado Constituição, e nada mais, Constituição, e nada menos, estamos intimamente convencidos de que não podemos dezafiar o ódio, nem a inimizade de alguém, por a publicação de nossas idéias.”*

Um outro jornal com somente um número disponível é *O Patriota Brasileiro*. Este é explicitamente conservador no que diz respeito à religião, à constituição e a moral pública. Por meio de expressões como “*Ser Supremo*”, o jornal demonstra sua crença e ainda alerta aos cidadãos sobre seus deveres com o tal “*creador*”.

A utilização da religião é comum nesses jornais por ser uma forma de legitimar os deveres pregados pela Constituição. No entanto, este tema também aparece sofrendo algum tipo de crítica. *O Censor Brasileiro*, por exemplo, critica os Jesuítas. Refere-se a essa “sociedade” como proibida de receber a proteção do governo, já que considera: “*huma associação de homens, que tem por base social e condição primaria do seu governo o absolutismo*”. E, acrescenta: “*PODEMOS TER BOA MORAL, E PUREZA DE RELIGIÃO SEM JESUITAS*”.

O jornal ainda em pesquisa, *O Novo Censor* é conservador no que diz respeito a Constituição e ao imperador, mas também o é, quanto a liberdade de imprensa. Logo em seu prospecto de abertura dispõe de expressões como “*guerra de palavras indefinidas*”, “*tediosas*”, “*ridículas desavenças*”, “*indiscretas*”, “*sonhos*”, “*aleivosias*” para as publicações que fogem às “*regras do decoro*”, quando confrontadas “*com os principios da jurada Constituição*”.

Em meio a diversos temas que os jornais áulicos tratam em suas publicações, estão embutidas questões cruciais para o contexto político do Primeiro Reinado. Lúcia Maria das Neves em *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*, mostra um pouco da formação dos publicistas que atuaram no processo de emancipação brasileira. Neste sentido, este trabalho contribuiu para a pesquisa em questão, no que diz respeito ao papel da imprensa, principalmente dos panfletos, que tornaram acessíveis aos iletrados, mesmo que por meio da oralidade, os acontecimentos políticos, assim como a linguagem simplificada que popularizou esse veículo de comunicação.

Tendo em vista que a imprensa foi a grande responsável pelos debates entre facções políticas, temos nestes jornais a comprovação do uso da palavra articulada com intuito de influenciar a opinião pública.